

JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
Promotor de Justiça.
Professor Universitário.
Mestre em Integração Latino Americana - UFSM.

TUTELA CIVIL DO MEIO AMBIENTE

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 34:504(81)

C355t

Código de barras: STJ00062769

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A228t

Adede y Castro, João Marcos

Tutela civil do meio ambiente / João Marcos Adede y Castro. - Porto Alegre : Sérgio Antônio Fabris Ed., 2006.

220 p.; 15,5 x 22 cm.

ISBN 85-7525-337-9.

1. Direito Ambiental: Brasil. 2. Proteção Ambiental: Legislação: Brasil. 3. Política Ambiental: Brasil. I. Título.

CDU-349.6(81)

Bibliotecária Responsável: Inês Peterle, CRB-10/631



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS DO MEIO AMBIENTE	19
1 Dos seres humanos	20
2 Da soberania dos Estados	21
3 Do exercício do Direito ao desenvolvimento	22
4 Do processo de desenvolvimento	22
5 Da erradicação da pobreza	23
6 Das necessidades especiais dos Estados	24
7 Da cooperação internacional	25
8 Dos padrões de produção e consumo	26
9 Do intercâmbio de conhecimento científico	27
10 Da participação do cidadão	27
11 Da legislação ambiental eficaz	28
12 Do sistema econômico internacional	29
13 Da responsabilidade por danos ambientais	30
14 Da transferência de substâncias	31
15 Da precaução	32
16 Do poluidor-pagador	33
17 Do estudo de impacto ambiental	34
18 Da notificação de desastres ambientais	35
19 Da notificação sobre riscos ambientais	36
20 Da participação das mulheres	37
21 Da participação dos jovens	37
22 Da participação das comunidades indígenas	38
23 Dos povos oprimidos	39
24 Da guerra	39
25 Da paz	40
26 Das soluções pacíficas das controvérsias	40
27 Da realização destes princípios	41
CAPÍTULO II - MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	43
1 Introdução	43
2 Meio ambiente e outras disposições constitucionais	45
3 O artigo 225 da Constituição Federal	46
3.1 Meio ambiente	47
3.2 Biota	48
3.3 Biosfera	48
3.4 Flora	48



3.5 Fauna	48
3.6 Ecologia	49
3.7 Preservar	50
3.8 Restaurar	51
3.9 Manejo ecológico	51
3.10 Ecossistema	51
3.11 Princípio da prevenção	52
3.12 Diversidade	52
3.13 Preservação	53
3.14 Patrimônio genético	53
3.15 Unidade de conservação	54
3.16 Estudo prévio de impacto ambiental	55
3.17 Controle de riscos	56
3.18 Educação ambiental	58
3.19 Proteção da flora e da fauna	59
3.20 Recursos minerais	60
3.21 Responsabilidade civil, criminal e administrativa	61
3.22 Licenciamento ambiental	61
3.23 Indenização e reparação de danos	62
3.24 Crimes e infrações administrativas ambientais	62
3.25 Sanções administrativas	63
3.26 Floresta Amazônica, Serra do Mar, Pantanal e Zona Costeira	64
3.27 Terras devolutas	66
3.28 Usinas nucleares	66
4 Conclusão	67

CAPÍTULO III - POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	69
1 A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	71
2 Dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente	72
2.1 Preservar	72
2.2 Melhorar a qualidade ambiental	73
2.3 Recuperar o meio ambiente	74
2.4 Objetivos específicos	75
a) À compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico	75
b) A definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios	76



c) Ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais	76
d) Ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologia nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais	78
e) À difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico	79
f) A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida	80
g) À imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos	81
2.5 Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente	83
3 Dos Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente	84
a) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo	85
b) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar	85
c) Planejamento e fiscalização do uso de recursos minerais	87
d) Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas	87
e) Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras	88
f) Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais	89
g) Acompanhamento do Estado da qualidade ambiental	90
h) Recuperação de áreas degradadas	91
i) Proteção de áreas ameaçadas de degradação	91
j) Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente	92
4 Dos conceitos legais	93
4.1 Meio ambiente	94
4.2 Degradação da qualidade ambiental	95
4.3 Poluição	96
a) Prejuízo à saúde, segurança e bem-estar	97
b) Prejuízo às atividades sociais	98



c) Prejuízo à biota	98
d) Prejuízo às condições estéticas ou sanitárias	99
e) Lançamento de matérias ou energias	99
4.4 Poluidor	100
4.5 Recursos ambientais	101
a) Atmosfera	102
b) Água	102
c) Águas interiores	102
d) Águas superficiais e subterrâneas	102
e) Estuários	103
f) Mar territorial	103
g) Solo e subsolo	103
h) Biosfera	104
i) Flora e fauna	105
5 Do Sistema Nacional do Meio Ambiente	105
5.1 Origem do Sisnama	106
5.2 Constituição do Sisnama	107
5.3 Estrutura do Sisnama	107
a) Órgão superior - Conselho de Governo	107
b) Órgão consultivo e deliberativo - Conama	107
c) Órgão central - Ministério do Meio Ambiente	109
d) Órgão executor - Ibama.	110
e) Órgãos seccionais - Estados	111
f) Órgãos locais - Municípios	111
6 Dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	113
6.1 O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental	114
6.2 O zoneamento ambiental	115
6.3 A avaliação de impactos ambientais	116
a) Estudo de Impacto Ambiental - EIA	119
b) Relatório de Impacto Ambiental - RIMA	120
c) Audiências Públicas	121
6.4 O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras	122
a) Órgão licenciador	125
b) Atividades sujeitas ao licenciamento ambiental	126
c) Espécies de licenças ambientais	131
d) Outras normas sobre licenciamento ambiental	133
6.5 Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental	133



6.6 A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual ou municipal, tais como áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas	136
6.7 Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente	137
6.8 Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	138
6.9 As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental	139
6.10 A instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis – IBAMA	140
6.11 A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes	141
6.12 Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais	142
7 De outros instrumentos legais de Política Nacional do Meio Ambiente	143
7.1 Lei Federal número 7.735, de 22 de fevereiro de 1989	143
7.2 Lei Federal número 7.797, de 10 de julho de 1989	144
7.3 Lei Federal número 99.274, de 6 de junho 1990	144
7.4 Decreto Federal número 4.297, de 10 de julho de 2002	145
 CAPÍTULO IV - TUTELA DO MEIO AMBIENTE	 147
1 Fiscalização administrativa	147
2 Inquérito civil	147
3 Termo de ajustamento de conduta	148
4 Responsabilidade criminal	149
5 Mandado de segurança	149
6 Mandado de injunção	150
7 <i>Habeas data</i>	150
8 Ação civil pública e ação popular	151
 CAPÍTULO V - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	 153
1 A ação civil pública	153
2 Histórico da ação civil pública	154
3 A ação civil pública na Constituição Federal	155
4 A ação civil pública e a ação popular	156
5 Comentários à lei da ação civil pública	158
6 Da abrangência da Lei Federal número 7.347/85	159
7 Da competência do juízo para a ação civil pública	161



8 Do objeto da ação civil pública	162
9 Da ação cautelar	162
10 Da legitimidade para propor a ação civil pública	163
11 Do Ministério Público como parte e fiscal da lei	165
12 Do litisconsórcio na ação civil pública	165
13 Do Ministério Público em caso de desistência da ação	166
14 Da dispensa do requisito de pré-constituição	167
15 Do litisconsórcio dos Ministérios Públicos	167
16 Do termo de compromisso de ajustamento	168
17 Da comunicação dos fatos ao Ministério Público	169
18 Do inquérito civil	171
19 Do arquivamento do inquérito civil	172
20 Do crime de desobediência,	174
21 Da prestação de atividade e da multa diária	175
22 Da medida de caráter liminar	176
23 Do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	177
24 Do efeito suspensivo dos recursos	178
25 Da execução da sentença condenatória	178
26 Do alcance da sentença na ação civil pública	179
27 Da litigância de má-fé	180
28 Do adiantamento de custas	181
29 Da aplicação do Código de Processo Civil	182
30 Da regulamentação do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	182
31 Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor	182
32 Da vigência da Lei	183
33 Da ação civil pública ambiental	183
34 Conclusão	184
 CAPÍTULO VI - AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	 185
1 Do conceito	186
2 Do autor da ação popular	187
3 Do réu da ação popular	188
4 Do conceito de patrimônio público	189
5 Das condições da ação popular	192
6 Da nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público	195
7 Da competência e das medidas liminares	200
8 Dos sujeitos passivos da ação e dos assistentes	202
9 Do processo	205
10 Da contestação, das provas e da sentença	207
11 Da execução da sentença	210
12 Das disposições gerais	212



CONCLUSÃO

215

REFERÊNCIAS 217

